

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 777 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 1998

CCJ aprova prorrogação e aumento da alíquota da CPMF

Pela proposta de emenda constitucional, que irá agora a votação em plenário, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira será cobrada até dezembro de 2002

Malan vai explicar na CAE acordo com FMI

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparecerá na próxima semana à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para falar sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. A reunião da comissão será realizada na terça-feira à tarde ou na quarta pela manhã, e seu presidente, senador Pedro Piva, informou que até segunda os senadores receberão o texto do acordo.

PÁGINA 4



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania retomou ontem a discussão sobre a prorrogação da CPMF, iniciada na quarta-feira, e aprovou o parecer favorável do relator

A proposta de emenda constitucional que prorroga até dezembro de 2002 a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e aumenta sua alíquota de 0,20% para 0,38% recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Por maioria, a comissão endossou a posição do relator, senador Romeu Tuma, que defendeu a aprovação da proposta, de autoria do senador Elcio Alves, para combater o déficit previdenciário e assegurar o cumprimento das metas do Programa de Estabilização Fiscal. A proposta de emenda constitucional será agora votada em plenário, em dois turnos, e, se aprovada, irá à apreciação da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

PLENÁRIO

Aeroporto do Rio terá nome de Tom Jobim

PÁGINA 5



COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA



Relatório sugere fidelidade e voto distrital

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem dos senadores Francelino Pereira, presidente, Sérgio Machado, relator, e Casildo Maldaner as conclusões da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária. O relatório propõe, entre outras medidas, a adoção do voto distrital misto, da fidelidade partidária e do financiamento público das campanhas.

PÁGINA 8

Apresentadas sugestões para a Amazônia

O senador Ademir Andrade apresentou ontem o relatório preliminar da Comissão Temporária da Amazônia, que oferece sugestões e busca, principalmente, conscientizar a população sobre seus direitos.



Ademir Andrade

PÁGINA 8

ACM cobra lealdade da base governista

Na opinião do presidente do Senado, os partidos que dão sustentação política ao presidente da República "devem fidelidade sobretudo em causas que não são do governo, mas do país"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem não acreditar em retaliações diante da rejeição, pelo Congresso Nacional, da medida provisória sobre contribuição previdenciária de servidores, mas defendeu a lealdade nas relações entre o governo e seus aliados. "O governo tem um propósito, que é justo, de contar com uma base sólida, e uma base sólida passa por lealdade", salientou.

No entender do presidente do Senado, o governo terá de considerar em suas contas o montante de R\$ 4,9 bilhões que deixa de arrecadar sem o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos da ativa que ganham acima de R\$ 1.200 e a cobrança dos inativos e pensionistas, como previa a MP. "O governo deve, por meio de cortes ou de outras medidas, fazer o necessário para chegar ao total de R\$ 28 bilhões", explicou, referindo-se à meta do Programa de Estabilização Fiscal.

Ao insistir que não acredita em retalia-

ções contra os parlamentares da base governista que votaram contra a MP, Antonio Carlos cobrou maior compromisso dos integrantes dos partidos que dão sustentação política ao presidente da República em relação às propostas enviadas pelo governo ao Legislativo. "Os partidos que integram a base governista devem fidelidade sobretudo em causas que não são do governo, mas do país", frisou, acrescentando: "Os que não forem leais devem até mesmo sair dos partidos".

A lista dos votantes de quarta-feira, por exemplo, já seria um quadro para avaliar essa questão, segundo o senador. "Não é definitivo, mas é um bom quadro para se fazer um exame da lealdade", explicou. Com relação à intenção governamental de mandar nova proposta ao Congresso, com o mesmo objetivo da MP, Antonio Carlos não se mostrou favorável ao envio já em janeiro próximo. "Só na outra legislatura", destacou.

A tramitação da emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contri-

Senador Antonio Carlos não acredita em retaliações aos que votaram contra a MP das contribuições previdenciárias



buição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e eleva sua alíquota, por outro lado, não deverá sofrer reflexos da decisão tomada contra a MP 1.720, entende o senador Antonio Carlos Magalhães. "CPMF é outra coisa. A cada dia, sua aflição", observou.

O presidente do Senado comentou ainda as entrevistas do governador de São Paulo, Mário Covas, a jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, em que é apontado e criticado como "censor" do governo Fernando Henrique Cardoso. Antonio

Carlos disse reconhecer o direito de Covas ter e manifestar suas opiniões. Considerou a entrevista publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como "racional", e afirmou que "de certo modo" concorda "com alguns de seus pontos de vista". Já a matéria do *Jornal do Brasil*, que classificou como "interpretativa", recebeu restrições do senador, que adiantou ter intenções de respondê-la. Ele se defendeu: "Não sou censor de ninguém. Eu apenas procuro censurar os meus atos, para que não erre como eles".

Quintanilha faz apelo ao BB para liberar dinheiro do crédito

"O crédito agrícola só é eficiente se for suficiente e oportuno." Relembrando essa "máxima muito anti-



Quintanilha

ga", o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) iniciou seu pronunciamento em plenário, ontem, com um apelo ao Banco do Brasil solicitando recursos para o crédito agrícola.

O parlamentar observou que já é tarde para preparar a terra para o plantio, já que a agricultura é uma atividade que depende de fatores climáticos que mudam com a época. Para ele, o crédito deveria estar à disposição dos produtores rurais nos meses de agosto e setembro. Ele acrescentou, no entanto, que ainda há tempo para a liberação do financiamento agrícola.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 1998

PLENÁRIO	
▶ 10h	- Sessão não deliberativa
PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA	
PLENÁRIO	
Segunda-feira (7.12.98)	
▶ 14h30	- Sessão não deliberativa
Terça-feira (8.12.98)	
▶ 14h30	- Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno da "PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); *PRS nº 106/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de até R\$99.293.000,00; *PRS nº 107/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$311.907.000,00, cujos recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro de Santa Catarina; *PLC nº 76/97, que altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal; e *PLC nº 25/98, que altera o redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.001/69 - Código Penal Militar.	

Lúdio afirma que todos são responsáveis pela crise

"A responsabilidade pelos problemas do país não é do presidente da República, é da nação", afirmou ontem o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), ao pedir aos parlamentares que aproveitem o Natal para repensar o Brasil. Ele sustentou que as medidas de contenção tomadas até agora não serão suficientes para garantir o equilíbrio financeiro do país.

Lúdio Coelho disse que já ouviu críticas contundentes à política econômica, mas não ouviu ainda nenhuma proposta consistente, capaz de tirar o país da crise. "Qual seria a solução para a Previdência? Qual seria a solução para a contribuição dos funcionários públicos que, além de inúmeros privilégios, recebem valores altíssimos em relação aos demais trabalhadores?", questionou.

Na opinião do parlamentar, a nação está fazendo um acerto de contas no qual o Senado tem grande responsabilidade, visto que sempre se dispôs a aprovar pedidos de empréstimos apresentados por estados e municípios, "colhendo agora os frutos do que fez no decorrer do tempo". Ele lembrou sempre ter advertido a Casa a respeito dos administradores



Lúdio Coelho pediu aos parlamentares que aproveitem o Natal para repensar o Brasil

públicos que realizam obras sem dinheiro para pagá-las.

"Sempre disse que um dia a família brasileira pagaria pelo que fizemos sem os meios necessários", argumentou o senador, justificando as exigências agora colocadas pelo Fundo Monetário Internacional para conceder empréstimo ao Brasil.

- O FMI é uma junta médica que examina as finanças de países que estão doentes. Quem pensa que vão nos emprestar sem as devidas garantias está vivendo noutro mundo - avisou Lúdio Coelho.

Senadores analisam rejeição de medida provisória

Em aparte ao discurso do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou ontem que, na votação da medida provisória que criava a contribuição previdenciária de aposentados, muitos torceram pela derrota do governo. "Tivemos até parlamentares que votaram pelo governo, mas pedindo aos céus e à terra que ele perdesse", garantiu.

Francelino explicou que a MP é um instrumento governamental de aceleração das decisões, mas considerou incompreensível que o governo não tenha canais de comunicação mais efetivos com os deputados e senadores incumbidos de votá-la. "Qual a dificuldade de conversar?", indagou, argumentando que os líderes que vão discutir assuntos como esse no Palácio do Planalto têm o dever de relatar às suas bancadas o que acontece.

Também em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) responsabilizou a oposição pela rejeição da MP. Ele afirmou que, em decorrência dessa votação, só ontem o Brasil perdeu US\$1 bilhão, o que demonstra que "a oposição está acertando o país de vez".

O senador Roberto Freire (PSB-PE) contestou a análise de Camata, afirmando que a responsabilidade pela derrota coube unicamente ao governo e a crise deve ser tributada sobretudo à "política econômica apoiada na espoliação e na agiotagem internacional".

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) esclareceu que as oposições sempre tiveram posição contrária à contribuição dos aposentados. Para ela, quem derrubou a MP "foi o Congresso Nacional, com o maciço apoio da base governista".

"Não vamos querer emascular o Congresso", disse o senador Jefferson Pêres (PSDB-AM). Ele observou que não foi o Legislativo que levou o país ao atual sacrifício e sustentou que esse Poder tem a alternativa de votar a favor ou contra.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), disse que o único fato que identificou como deformação no comportamento dos congressistas foi a enorme comoção que se seguiu à derrota do governo na votação. Em sua opinião, a derrota do país não está naquela MP, mas no fato de o Legislativo não ter alternativas políticas viáveis para a situação.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
 Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

CCJ aprova CPMF até dezembro de 2002

De autoria de Elcio Alvares, PEC estende a cobrança da contribuição, que cessaria em janeiro de 1999, até dezembro de 2002, e eleva a alíquota, hoje fixada em 0,20%, para 0,38% nos 12 primeiros meses, e para 0,30% nos dois anos seguintes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável à proposta de emenda constitucional que prorroga o prazo de vigência e altera as alíquotas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A PEC, de autoria do senador Elcio Alvares (PFL-ES), estende a cobrança da contribuição, que cessaria em janeiro de 1999, até dezembro de 2002, e eleva a alíquota, atualmente fixada em 0,20%, para 0,38% nos doze primeiros meses, e para 0,30% nos dois anos seguintes.

Além disso, a proposta vincula o resultado do aumento da arrecadação ao custeio da Previdência Social e autoriza a União a emitir títulos da dívida pública com base nas receitas previstas para 1999. A emenda constitucional agora será votada pelo plenário, em dois turnos, e, se aprovada, irá à apreciação dos deputados, também em dois turnos.

Romeu Tuma destacou a necessidade de aprovação da proposta para o combate ao déficit previdenciário. "O Programa de Estabilização Fiscal não pode prescindir de recursos adicionais substanciais para reduzir o déficit previdenciário. Medidas como a elevação da Cofins são insuficientes. O ingresso da receita adicional da CPMF é essencial à complementação

do orçamento da saúde e da Previdência Social", justificou o relator.

Contrário à proposta, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu que a CCJ não fosse "cúmplice da posição do governo, que trata a Constituição como 'casa-da-mãe-joana', alterando-a à luz da conjuntura".

— O governo quer arrecadar R\$ 8 bilhões com a CPMF, mas não tenta conter a sangria do pagamento de juros responsável por um déficit em conta corrente de R\$ 35 bilhões — criticou o senador petista.

Também contrário à emenda, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que a proposta foge à técnica legislativa, porque fala em prorrogação, "mas na verdade inova, alterando alíquotas".

— Prorrogação pressupõe prosseguimento. Mas não prosseguem as mesmas alíquotas. Quem inova não prorroga — afirmou o senador baiano, argumentando que a "agressão" à boa técnica legislativa não é mera formalidade, podendo ter con-



Na reunião da Comissão de Justiça, os senadores discutiram amplamente a proposta relativa à CPMF antes da votação

seqüências nos efeitos futuros dos atos legislativos.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CCJ, pediu o pronunciamento do relator sobre a questão levantada por Josaphat. O senador Romeu Tuma, mesmo reconhecendo os argumentos do senador baiano, explicou que o termo "prorrogação" justifica-se pela possibilidade de a proposta demorar a ser promulgada pelo Congresso Nacional. Tuma informou que, para evitar dúvidas quanto às alterações na alíquota, o texto da PEC assegura o prazo de 90 dias para a sua implantação, conforme determina a Constituição.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) defendeu a aprovação da PEC, res-

saltando a necessidade de se fazer o ajuste fiscal. "Não podemos negar ao governo os meios para combater a grave crise financeira", justificou.

EMENDAS

Depois de aprovado o parecer favorável à proposta, os senadores analisaram três emendas do senador Antonio Carlos

Valadares (PSB-SE) que estabeleciam compensações ao pagamento da CPMF. A primeira emenda previa o ressarcimento dos pagamentos feitos por pessoa física até R\$ 150,00 em cada exercício financeiro. A segunda propunha compensação para as empresas no pagamento da Contribuição sobre o Lucro Líquido, e a terceira previa a isenção de contribuição sobre proventos de aposentadorias e pensões até o limite de R\$ 1.200,00.

Os senadores rejeitaram a primeira emenda. Como a intenção da proposta era aliviar a carga tributária de pessoas físicas, Antonio Carlos Valadares considerou que a segunda emenda deixava de fazer sentido. "Se não foi possível aliviar a carga tributária das pessoas físicas, não é correto fazê-lo em relação

às empresas", explicou o senador ao retirar a segunda emenda.

A terceira emenda recebeu uma subemenda do senador Roberto Freire (PPS-PE) propondo compensação para qualquer contribuição para a seguridade social. Na opinião de Freire, a CPMF seria abatida da contribuição à seguridade social até o limite de R\$ 1.200,00.

O líder do governo, senador Elcio Alvares, propôs a retirada da emenda e da subemenda, sugerindo um acordo entre Valadares, Freire e o relator, senador Romeu Tuma, para que, se for possível, seja apresentada proposta de consenso durante a discussão em plenário. O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que se deve estudar o assunto, mas adiantou que será difícil incluir na proposta qualquer forma de compensação.

Homenagem

O senador Bernardo Cabral anunciou que a CCJ homenageará na reunião do dia 9 de dezembro o senador Iris Rezende (PMDB-GO). Na ocasião, será colocada na galeria dos ex-presidentes da CCJ a fotografia do senador goiano, que presidiu a comissão entre fevereiro de 1995 e fevereiro de 1997.

Projeto que reduz recursos na Justiça tem parecer favorável

Evitar o excesso de recursos que tenham por objetivo único retardar o andamento dos processos. Esse é o objetivo de projeto de lei do Executivo que teve parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue para apreciação do plenário do Senado.

— O projeto visa inibir a manifestação plenária de tribunais quando houver decisão anterior do órgão julgador, órgão especial ou do pleno do Supremo Tribunal Federal — argumentou o relator, que ofereceu duas emendas de redação ao projeto, já aprovado na Câmara.

Para atingir seu objetivo, a proposição modifica artigos do Código de Processo Civil e ainda simplifica o processamento nos tribunais, inclusive na Justiça do Trabalho, por meio de alterações à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— Há que se ter a compreensão de que a sociedade brasileira necessita de justiça e a cidadania não pode esperar indefinidamente ao ver se multiplicarem os feitos que se arrastam por longos anos, em virtude de subterfúgios processuais que procrastinam as decisões das cortes — justificou Tuma.

De autoria do senador Romero Jucá

(PFL-RR), dez projetos de lei criando distritos agropecuários em cidades da Amazônia Ocidental foram aprovados terminativamente pelos membros da CCJ. Os municípios de São João Baliza, Caracará, São Luiz do Anauá, Cantá, Alto Alegre, Caroebe, Rorainópolis, Bonfim, Iracema e Mucajá, todos em Roraima, são beneficiados pela proposta, que autoriza o Executivo a implantar os distritos.

Os projetos serão enviados à Câmara dos Deputados se não houver recurso para apreciação das matérias pelo plenário do Senado. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) absteve-se nas votações por se tratar de projeto autorizativo.

Segundo o relator dos projetos, senador José Bianco (PFL-RO), os objetivos dos distritos agropecuários são o aumento da oferta de alimentos, o aproveitamento regional dos recursos naturais e a diminuição dos custos de produção e comercialização dos produtos agrícolas e extrativos. Pela proposta, a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) terá a competência de fixar as diretrizes e normas de avaliação dos projetos formulados para os distritos agropecuários.

Já no final da reunião, a CCJ aprovou parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) favorável a projeto de lei da Senado



Romeu Tuma quer evitar a multiplicação dos processos provocada pelos recursos

ra Emilia Fernandes (PDT-RS) que reduz as taxas de fiscalização de instalação e funcionamento de emissoras de radiodifusão que têm finalidade educativa. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) antes de ir ao plenário.

Também participaram da reunião da comissão, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), os senadores Francelino Pereira (MG), Josaphat Marinho (BA), Elcio Alvares (ES), Leonel Paiva (DF), Djalma Bessa (BA) e Bello Parga (MA), do PFL; Lúcio Alcântara (CE), Beni Veras (CE), Sérgio Machado (CE), Pedro Piva (SP), José Roberto Arruda (DF) e Osmar Dias (PR), do PSDB; Epitácio Cafeteira (MA), Levy Dias (MS) e Leomar Quintanilha (TO), do PPB; José Fogaca (RS), Gilvam Borges (AP) e Pedro Simon (RS), do PMDB; Antonio Carlos Valadares (SE) e Ademir Andrade (PA), do PSB, e Roberto Freire (PE), do PPS.

Companheiro não-casado pode receber indenização

Relatado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi aprovado ontem parecer favorável a projeto de lei que assegura ao companheiro ou companheira o direito à indenização em razão de morte ocorrida durante o trabalho ou no transporte para o local. Já analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto, que veio da Câmara, reapresentado pelas deputadas petistas Maria Laura (DF) e Marta Suplicy (SP), segue

agora para o plenário do Senado.

Na exposição de motivos da proposta, explica-se que querelas judiciais arrastam-se por anos a fio quando a concubina reivindica receber a indenização em decorrência do falecimento do companheiro por acidente de trabalho. Esclarece ainda que o Supremo Tribunal Federal também já teve decisão favorável sobre a questão, não se justificando mais contendas judiciais sobre a matéria.

Dutra, em seu relatório, afirma que, se hoje o "Estado não impõe restrição à união estável, e até a reconhece e ampara, elevando-a à condição de grupamento familiar similar ao casamento civil, então não há por que negar-lhe o benefício da indenização previdenciária em questão". Ele acrescenta que as duas uniões estão sob o crivo constitucional e legal, como institutos equivalentes.

O projeto aprovado na comissão, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), assegurará a indenização desde que haja apenas um beneficiário.



Dutra lembra que Estado não opõe restrição à união estável

Malan vem ao Senado explicar acordo com FMI

Ministro da Fazenda promete entregar a versão integral da carta de intenções na segunda-feira. Ele virá à Casa na terça ou na quarta-feira

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, vai explicar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião extraordinária a ser realizada na próxima terça ou quarta-feira, às 10 horas, o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O presidente da comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP), falou com o ministro antes da reunião da CAE, ontem, e garantiu aos senadores que todos estarão de posse do acordo com o FMI, nas versões em inglês e português, até segunda-feira. Depois de encerrar a reunião, Piva almoçou com o ministro para acertar os detalhes de sua exposição na quarta-feira.

Piva informou que o ministro só virá na quarta-feira porque no dia anterior tem reunião marcada com os ministros da Fazenda e os presidentes de bancos centrais dos países do Mercosul, no Rio de Janeiro. Na terça-feira,

ficou marcada reunião ordinária da CAE, para examinar a pauta de matérias em tramitação.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que, juntamente com outros senadores, entrou com uma ação popular na 15ª Vara Federal de Brasília exigindo que o Senado tenha conhecimento de todo o acordo com o FMI e que o protocolo siga as normas constitucionais vigentes. Disse que, se o acordo for constitucional, ele e os demais senadores desistirão da ação popular.

Suplicy tem feito em plenário repetidas manifestações sobre o tema desde o início de novembro, quando, em ofício ao ministro da Fazenda, pediu que o Senado tomasse conhecimento dos termos da carta de intenções antes que ela fosse enviada ao FMI.

No último dia 16, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) fez discurso no qual afirmou que a Constituição,



Pedro Malan confirmou presença em conversa com o senador Pedro Piva

no inciso V do artigo 52, garante ao Senado a competência de autorizar operações como a firmada com o Fundo Monetário Internacional.

CAE flexibiliza regras para empréstimos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem na íntegra o substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) alterando parte da Resolução nº 78, que fixa regras para operações de crédito de estados, municípios e Distrito Federal. Foi aprovado pedido de urgência para votação da matéria no plenário.

Pelo substitutivo, ficam permitidas as operações destinadas a compensar perdas de receitas dos estados decorrentes da aplicação de Lei nº 9.424, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), bem como créditos para a reforma fiscal dos estados e tomada de empréstimos com organismos multilaterais em 1998 e 1999.

O substitutivo dispensa a exigência da Resolução 78, que obriga o tomador a se enquadrar nos limites baseados na receita líquida real. A resolução fixa em 18% da receita líquida anual o teto máximo para o montante das operações realizadas em um exercício financeiro. Também cai a obrigatoriedade de teto de 13% da receita líquida real para dispêndio anual máximo com amortizações, juros e demais encargos de todas as operações de crédito já contratadas e a contratar.

O saldo total da dívida, que pela Resolução 78 não pode superar o dobro da receita líquida real para os pedidos feitos este ano, foi dispensado pelo relator. O

substitutivo permite ainda a contratação de operações de crédito, mesmo que o tomador apresente resultado primário negativo, e admite a celebração de operações de crédito nos últimos seis meses de mandato dos governadores. O substitutivo também dispensa a apresentação de certidão dos tribunais de contas.

Osmar acolheu emenda de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que permite operações junto a instituições finan-

te junto a instituições financeiras nacionais. O artigo 18 da mesma resolução veda a contratação de operação de crédito nos 180 dias anteriores ao final do mandato dos governadores e prefeitos.

Os senadores rejeitaram a emenda de Francelino Pereira e outra de Levy Dias (PPB-MS). Segundo Osmar Dias, a emenda de Francelino, se fosse acolhida totalmente, permitiria a tomada de empréstimos até para construir obras novas.

— Não estamos em condição de aprovar a abertura para todos esses empréstimos justamente num momento de ajuste fiscal. Se aprovassemos essa emenda no seu todo, estaríamos revogando a Resolução 78 e a atribuição dessa comissão — afirmou.

A emenda de Levy propunha ressarcimento para estados devido às perdas com o Fundef. Segundo ele, Mato Grosso do Sul tem R\$ 10 milhões para receber e

depende desses recursos para pagar a folha de dezembro.

O substitutivo foi aprovado pela maioria dos senadores, mas recebeu voto contrário de Carlos Bezerra (PMDB-MT). Para ele, as mudanças “violam regras básicas da resolução e pressionam o aumento do déficit público”. Os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Jefferson Péres (PSDB-AM) se abstiveram. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) votou a favor do substitutivo, mas fez um apelo para que esta seja a última mudança na Resolução 78.

Suplicy pede transcrição da ação judicial nos Anais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou ontem a transcrição nos Anais do Senado Federal da íntegra da ação popular ajuizada na última quarta-feira por ele e outros parlamentares de oposição na 15ª Vara Federal de Brasília. Caso todos os acordos negociados pelo governo brasileiro para concretizar as operações de crédito, no total de US\$ 41,5 bilhões, feitas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a outras instituições, sejam entregues pelo ministro da Fazenda, o senador desistirá da ação.

A ação popular é uma defesa da prerrogativa do Senado Federal, ao qual cabe, por mandamento constitucional, autorizar, apreciar e votar toda e qualquer operação financeira externa de natureza financeira, disse Suplicy. Além dele, assinam a petição encaminhada à Justiça o líder do Bloco Oposição na Câmara,

Marcelo Déda (PT-SE), a deputada Conceição Tavares (PT-RJ) e os senadores Marina Silva (PT-AC), Ademir Andrade (PSB-PA), Roberto Freire (PPS-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Abdias Nascimento (PDT-RJ), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Lauro Campos (PT-DF), Roberto Requião (PMDB-PR) e Emília Fernandes (PDT-RS).

Suplicy anunciou em plenário ter recebido do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a informação de que Malan explicará à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) os termos dos acordos firmados tanto com o Fundo Monetário Internacional como com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS).

Autorizado crédito de R\$ 3,85 bilhões para sanear Banestado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Gerson Camata (PMDB-ES) favorável à abertura de crédito entre a União e o estado do Paraná no valor de R\$ 3,85 bilhões, que deverão ser utilizados para o saneamento financeiro com vistas à privatização do Banco do Estado do Paraná. O contrato foi celebrado em 30 de junho de 1998, nos termos estabelecidos dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A matéria vai agora a plenário.

Conforme o relatório, o crédito está de acordo com os termos da legislação em vigor. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou emenda (rejeitada) para antecipar a data da federalização do banco.

De acordo com o documento enviado à CAE pelo Banco Central, o estado obriga-se a vender o controle acionário do Banestado até 30 de junho de 1999. Em caso da não alienação do controle acionário do banco até aquela data, o estado alienará à União as ações de sua titularidade no seu capital social. No entanto, argumentando em favor dos interesses dos 176 acionistas, dos 10.500 funcionários, dos correntistas, que somam perto de um milhão, e dos recursos públicos do Paraná, Requião propôs que o banco seja federalizado antes.

Embora o contrato firmado com a União preveja a condução do processo de privatização pelo estado, Requião pretendeu antecipar esse prazo, condicionando a liberação dos recursos à imediata federalização do Banestado, conforme estabelecia sua emenda derrotada. Para o senador, a quantidade de irregularidades acumuladas pelos responsáveis pela administração do banco a descredencia para a realização desse processo de transição. Requião disse que aquele banco foi o que comprou mais títulos podres, 120 dias depois do encerramento da CPI dos Precatórios.



O parecer do senador Gerson Camata destaca a legalidade da operação

“O Banestado foi o mais lucrativo do Brasil em 1993, ficando atrás apenas do Banco Safra, sendo que hoje ele está falido por causa da corrupção e da sua má gestão”, afirmou o senador. Ele também manifestou-se preocupado com a possibilidade daquela instituição ser liquidada antes de ser privatizada.

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), a União terá, realmente, de se comprometer em privatizar e não em liquidar o banco, o que implicaria graves prejuízos para a comunidade que utiliza seus serviços. Mas o que não podemos fazer, acrescentou, é obrigar o governo do Paraná a vender agora o controle acionário, pois, “desta maneira, estaríamos ultrapassando nossa competência constitucional”.

Osmar Dias (PSDB-PR) observou que tem havido uma “corrida dos correntistas”, diante do que pode acontecer ao Banestado. “Nossa responsabilidade é votar o crédito com a máxima brevidade e exigir que o Banco Central e a CAE façam a fiscalização necessária”, afirmou. O senador José Eduardo Vieira (PTB-PR) ponderou que as preocupações de Requião “são pertinentes”, mas a emenda proposta por ele não traria garantia de que o resultado da privatização “produziria melhores resultados do que os atuais”.



Aprovado na íntegra, o substitutivo de Osmar Dias dispensa várias exigências feitas pela Resolução 78 aos estados e municípios

Tribunais vão poder destruir os processos mais antigos



Senador José Fogaça elaborou o substitutivo

Os processos encerrados nos tribunais, desde que não haja mais qualquer pendência sobre eles, poderão ser destruídos. Os documentos que, por sua importância, tiverem de ser guardados de forma permanente serão preservados no arquivo dos tribunais ou

num arquivo público e qualquer pessoa terá acesso ao seu conteúdo. Essas determinações constam de projeto que os senadores aprovaram ontem e que será remetido à apreciação dos deputados.

Trata-se de um substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS), como relator na CCI, apresentou a um projeto oriundo da Câmara. O plenário aceitou ainda emenda de plenário apresentada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e uma subemenda de Fogaça.

O projeto diz que caberá aos próprios tribunais definirem quanto tempo um autógrafo deve esperar antes de ser destruído. Além disso, ao decidir pela destruição dos documentos, os tribunais informarão publicamente quais autos estão na lista, possibilitando às partes envolvidas requererem a sua retirada ou fazer cópias de processos.

Senado vota na quarta prescrição de ações rurais

O plenário do Senado votará na quarta-feira, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que estabelece, para as ações trabalhistas movidas por empregados rurais, o mesmo prazo de prescrição fixado para trabalhadores urbanos (cinco anos).

De autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a PEC determina que todas as ações trabalhistas, rurais ou urbanas, poderão reivindicar direitos sobre cinco anos trabalhados. O trabalhador terá dois anos, depois de deixar o emprego, para apresentar sua ação na Justiça.

A Constituição atual não estabelece prazo de prescrição para as ações impetradas por empregados do campo – o que, de acordo com o senador Osmar Dias, estaria na origem da “indústria dos bóias-frias e da alta rotatividade que caracteriza o trabalho no campo”. Para ele, a inexistência de prazo prescricional gera insegurança entre os patrões, que às vezes guardam documentos e recibos de ex-empregados “por até 20 anos”.



Aprovação da alteração no nome do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro homenageia um dos maiores nomes da música brasileira, que conquistou fama internacional

Aeroporto do RJ terá nome de Antônio Carlos Jobim

Para evitar mudanças em todos os mapas cartográficos aéreos do mundo, projeto mantém Galeão na denominação do local

O Aeroporto do Galeão passará a se chamar Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim. O projeto de homenagem ao compositor e cantor carioca, de iniciativa do senador Júlio Campos (PFL-MT), foi aprovado ontem pelo plenário do Senado e a proposta será enviada à sanção presidencial.

Ao relatar o projeto em plenário, pela Comissão de Educação, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) propôs que fosse trocado o nome “Tom Jobim” por Antônio Carlos Jobim.

Explicou que a família do compositor ponderou que ele não é conhecido no exterior como “Tom Jobim”, e sim por seu nome completo. O senador sugeriu ainda que fosse retirada a palavra “Maestro” do nome do aeroporto, para reduzir seu tamanho.

Artur da Távola lembrou que o Ministério da Aeronáutica discordou da tentativa ocorrida na Câmara de simplificar o nome para “Aeroporto Internacional Tom Jobim”, porque isso exigiria mudanças em todos os mapas cartográficos aéreos do mundo, além de

etiquetas, os quais registram o nome Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão.

O autor do projeto, Júlio Campos, observou que até agora o Rio de Janeiro não havia conseguido homenagear “de forma condigna” Tom Jobim, dando seu nome a um local representativo da cidade.

Durante a discussão, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que seja colocado em votação projeto de sua autoria que dá o nome de Ulysses Guimarães ao Aeroporto de Guarulhos (SP).

Congresso autoriza R\$ 2,1 bilhões em créditos suplementares

Doze projetos aprovados na quarta-feira à noite pelo plenário do Congresso autorizam o Executivo a suplementar recursos orçamentários no valor total de R\$ 2,1 bilhões em favor de diversos órgãos e empresas da administração pública direta e indireta. Todos os projetos receberam pareceres favoráveis anteriormente aprovados pelo plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Veja, a seguir, os órgãos e empresas beneficiados, as respectivas dotações suplementares e os subprogramas a serem desenvolvidos com os recursos:

- **Infraero, Datamec, Dataprev, Companhia Docas da Bahia, Maranhão, Pará e Rio Grande do Norte e Rede Ferroviária Federal** – R\$ 57,2 milhões: equipamentos de segurança aeroportuária (Infraero); melhoria da prestação de serviços e preparo para a privatização (Datamec); modernização dos serviços prestados à Previdência Social (Dataprev); ampliação e melhoria de instalações portuárias; e programa emergencial de recuperação do material rodante (RFFSA).

- **Ministério da Justiça** – R\$ 69,7 milhões: Fundo Penitenciário Nacional (R\$ 22 milhões) e Fundo Nacional de

- Segurança e Educação de Trânsito (R\$ 47,7 milhões).

- **Furnas, Eletronorte, Chesf e Eletronuclear** – R\$ 451,4 milhões: sistema de transmissão da hidrelétrica de Itaipu (Furnas); segunda etapa de Tucuruí (Eletronorte); ampliação do Sistema de Transmissão do Nordeste, para atendimento a Natal (Chesf); e construção de novo núcleo da Usina Angra I (Termonuclear).

- **Ministério da Fazenda** – R\$ 1,1 bilhão: despesas com o resgate da dívida pública mobiliária federal.

- **Ministério da Fazenda** – R\$ 1,1 milhão: pagamento da dívida externa (principal, juros e encargos) da extinta Nuclebrás, assumida pela União.

- **Ministério da Fazenda** – R\$ 350 milhões: dívidas internas decorrentes de encargos financeiros assumidos no âmbito do crédito rural.

- **Caixa Econômica Federal e Computadores e Sistemas Brasileiros - Cobra** – R\$ 469,9 milhões: modernização de agências e informatização de equipamentos (CEF); reforço para adequação do cronograma de desembolsos devidos (Cobra).

- **Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Ministério da In-**

- dústria, do Comércio e do Turismo** – R\$ 8,6 milhões: dotação para a Embrapa e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); contratos de locação de equipamentos de serviços de informática (MICT).

- **Ministério do Planejamento e Orçamento** – R\$ 6,4 milhões: modernização da infra-estrutura de informática; quitação de débitos da Suframa com o Pasep; concessão de vale-transporte no âmbito da Sudene; quitação de débitos do IBGE com assistência médico-dontológica.

- **Ministério da Educação e do Desporto** – R\$ 44 milhões: pagamento de dívidas de exercícios anteriores e de sentenças judiciais devidas pela Universidade de Brasília.

- **Ministério da Educação e do Desporto e Ministério da Previdência e Assistência Social** – R\$ 43,2 milhões: quitação de dívidas da Fundação da Universidade Federal do Paraná com o INSS (R\$ 36,3 milhões) e programa de Apoio ao Combate ao Trabalho Infante-Juvenil nos estados do Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia.

- **Banco do Brasil** – R\$ 515,3 milhões: Abertura de postos de atendimentos nos estados de Roraima e Tocantins.

Plenário aprova pesar pela morte de Brito Velho

A requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o plenário do Senado aprovou voto de pesar pela morte do ex-deputado e ex-secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Carlos Brito Velho, ocorrida em Torres (RS).

– Não tenho a menor dúvida de que se trata da pessoa mais digna e correta que conheci. Um dos homens mais brilhantes e cultos do Rio Grande do Sul. Médico, maragato, deputado estadual, federal. Um homem de fé, católico fervoroso, que buscava a verdade – disse Simon. O senador gaúcho destacou que Brito Velho resolveu renunciar ao seu mandato de deputado federal em setembro de 1969, nove meses depois da edição do AI-5, em protesto pela decisão do regime militar em manter o Congresso Nacional fechado. Desde então, Brito Velho passou a enviar até três cartas diariamente a amigos, políticos e até presidentes da República, nas quais fazia “profundas reflexões, comentava fatos do momento e episódios passados com uma lucidez impressionante”.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a dignidade e a honradez de Brito Velho, lembrando que foi seu colega na Câmara dos Deputados. Edison Lobão (PFL-MA), que o conheceu como jornalista em Brasília, lamentou sua morte.

Já Josaphat Marinho (PFL-BA) destacou que o parlamentar gaúcho, que a princípio apoiou o Movimento de 64, manteve independência e renunciou “quando considerou que o governo estabelecido não correspondia aos seus anseios democráticos”.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que também foi colega de Brito Velho no Congresso, assinalou que se tratava de um “homem bom, católico, solidário, admirável por sua cultura, sua coragem, seu desassombro”. Antonio Carlos sugeriu a Pedro Simon que sejam coletados discursos e cartas para que o Senado publique um livro sobre o ex-deputado.



Simon ressaltou caráter e trajetória política exemplar do ex-deputado Brito Velho

Insistência levará governo a nova derrota, prevê Jefferson

Segundo o senador do PSDB, a reapresentação da proposta que cria contribuição previdenciária para aposentados e aumenta o valor recolhido por servidores da ativa está condenada ao fracasso

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse ontem que, se o governo insistir em reapresentar pela quinta vez, em janeiro do próximo ano, uma proposta para cobrar contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, tornará a perder, como aconteceu na noite de quarta-feira no Congresso Nacional.

– O governo perdeu e não foi por falta de aviso. Leio agora nos jornais que vai tentar em janeiro. Não quero ser profeta, mas vai perder de novo – afirmou o senador.

A proposta rejeitada também estabelecia o aumento da contribuição dos servidores ativos. Para o senador, os servidores já deram a sua cota de sacrifício no ajuste das contas públicas, uma vez que estão sem reajuste salarial há quatro anos e tiveram grande redução no poder aquisitivo. Jefferson disse que, “além da crueldade” de reduzir o poder de compra do servidor, o governo está cometendo “uma violência” no ordenamento jurídico-constitucional.

– Fica mais difícil entender as razões dessa medida quando o governo aumenta os preços. Hoje foi o gás de cozinha, amanhã aumenta o preço dos combustíveis. Fica difícil entender, quando o governo paga R\$ 700 milhões a uma companhia aérea após perder um processo na Justiça porque se descuidou na defesa – argumentou.

Jefferson considerou grave o anúncio de que o governo compensaria a derrota sofrida na quarta cortando emendas dos parlamentares ao Orçamento. “O governo precisa ter mais humildade e descer do sapato alto em que



Na opinião de Jefferson, impor novo sacrifício aos servidores seria “crueldade”

se encontra”, disse.

O senador explicou que os parlamentares não estão se negando a votar as reformas e o ajuste. “Votei a favor do aumento da CPMF e da Cofins, mas não vou votar a favor do imposto seletivo sobre derivados de petróleo, o chamado ‘imposto verde’. Esse novo imposto é inaceitável”, afirmou.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) alertou o governo para a possibilidade de estar cometendo uma bitributação ao incorporar mais um imposto ao preço dos combustíveis. “A Constituição estabelece que é proibida a bitributação. Mais de 50% do custo dos derivados de petróleo é composto por impostos”, esclareceu Nabor. Ele disse ainda que, ao visar a classe média, o governo está atingindo as camadas mais pobres da sociedade.

Nabor Júnior lembrou que, na região amazônica, mais de 100 mil pequenas embarcações com motor de popa utili-

zam a gasolina como combustível. “Além disso, se o imposto incidir sobre o diesel, vai aumentar o custo do transporte de passageiros e o frete de cargas, aumentando também a inflação”, disse.

Nabor destacou também que o Brasil produz gasolina em excesso, que é exportada para outros países a preços bem menores do que os praticados no mercado interno. O senador disse já ter tido acesso aos estudos que explicam a composição dos preços e considera uma incoerência das autoridades a prática de preços diferenciados.

Jefferson Péres afirmou que o mais estranho é que o preço do petróleo tem caído sistematicamente no mercado internacional – de US\$ 18 para US\$ 12 o barril, nos últimos dois anos –, mas continua aumentando no Brasil. “O Congresso deveria acabar com o mistério e abrir de uma vez a caixa-preta do preço do petróleo, que a Petrobras e agora a ANP (Agência Nacional do Petróleo) não abrem de jeito nenhum”, sugeriu.

Para o senador amazonense, a diferença de preços entre a gasolina consumida internamente e a exportada é uma consequência da estrutura das refinarias de petróleo brasileiras, que não produzem de acordo com o consumo de gasolina para poderem produzir outros derivados importantes. No caso da gasolina, Jefferson Péres acredita que exportar com prejuízo é mais vantajoso do que estocar quantidades imensas. “Mas por que o preço do petróleo aumenta aqui enquanto cai no mercado internacional, eu não tenho explicação. Quem tem que explicar é o governo”, concluiu.

Emília cobra posição mais firme do Senado em relação a acordo com FMI

“O Senado não pode se conformar em ser meramente informado sobre o acordo com o FMI, a Casa precisa ser consultada previamente”, afirmou ontem a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), citando o artigo 52 da Constituição, que dá competência exclusiva ao Senado para autorizar operações externas de natureza financeira da União, estados e municípios.

Segundo Emília, o governo só concordou em trazer o texto ao Senado agora que ele está praticamente assinado. “Nós, os senadores, exigimos respeito, o governo precisa esperar pela nossa autorização antes de hipotecar o futuro da nação com as consequências de um acordo da dimensão de US\$ 41,5 bilhões, cujos compromissos sequer conhecemos”, enfatizou.

A senadora advertiu que o noticiário da imprensa vem falando de “cláusulas secretas” como a apontada pela jornalista Ana Amélia Lemos, do jornal *Zero Hora*, que impediria o governo brasileiro de criar qualquer tipo de subsídio ou proteção para o setor agrícola enquan-

to vigorar o acordo com o FMI. “Enquanto isso, os Estados Unidos e a Europa mantêm suas políticas de subsídio, financiando a entrada mais barata de seus produtos no Brasil”, alertou.

Emília também citou denúncia do jornal *Hora do Povo*, de São Paulo, segundo a qual o acordo contém cláusula pela qual ficam comprometidas as receitas nacionais oriundas da exploração de petróleo. “Isso significa que o FMI pode confiscar todo o dinheiro que o Tesouro receber da Petrobras e das empresas privadas do setor, caso o governo brasileiro não cumpra qualquer ponto do acordo”, explicou a senadora.

Em apertes, os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e Bernardo Cabral (PFL-AM) concordaram que a assinatura do acordo com o FMI à revelia do Senado seria uma violação da Constituição. Para o senador Odacir Soares (PTB-RO), fatos como esse acontecem porque o Senado permanece inerte, quando devia tomar providências no sentido de fazer valer sua autoridade. “Por que não fazemos algo?”, indagou.



Emília teme que carta de intenções esconda compromissos indefensáveis

A senadora Emília Fernandes enfatizou ainda que os partidos de oposição não criticam.

– Mas nos insurgimos contra os massacres do governo sobre a agricultura, com a importação desenfreada de produtos agrícolas; sobre funcionários públicos e aposentados, aumentando sem critério suas contribuições, trazendo redução inconstitucional de seus salários; e sobre o setor produtivo e os desempregados, deixando de dinamizar a economia e gerar mais empregos – discursou.

Josaphat diz que decisão da Câmara teve sentido de justiça

Para o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), a decisão tomada pela Câmara dos Deputados na sessão do Congresso de quarta-feira teve “alto sentido de justiça social”. A Câmara rejeitou projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que elevava a contribuição previdenciária para os servidores públicos da ativa, além de obrigar os inativos a pagar essa contribuição. Para o parlamentar, a Câmara não tomou nenhuma deliberação de caráter corporativo ou de sentido político equivocado.

– Se a decisão foi política, ela o foi no bom sentido, no sentido em que uma casa do Congresso Nacional exerceu, em sua plenitude, o direito de divergir do governo e dar a decisão que lhe pareceu correta – afirmou.

O senador disse que a alegria manifestada pela oposição não deve ser censurada, como fizeram alguns senadores na sessão de ontem.

– Não é justo censurar parcelas da oposição que se revelaram satisfeitas quando normalmente a maioria vibra quando se derruba a oposição. Nós devemos ter a cordialidade democrática de receber as manifestações alheias como justas – disse Josaphat, ressaltando que “a decisão protegeu pessoas economicamente fracas, não exerceu o direito de conferir privilégios a poderosos”.

O senador disse que a Câmara não votou ainda o projeto do Senado com novas regras para a edição de MPs porque o governo ainda não tem interesse nisso. Na sua opinião, o projeto aprovado pelo Senado não é o melhor porque até ampliou os poderes do presidente da República.

– O que se verifica é que há interesse em que seja mantido o sistema atual, porque permite ao presidente da República



Para Josaphat Marinho, rejeição protege “pessoas economicamente fracas”

deliberar sobre medidas provisórias pelo critério arbitrário que lhe convier, pelo processo discricionário que lhe parecer conveniente – opinou o parlamentar.

Josaphat Marinho elogiou a decisão do presidente do Senado e do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, de não votar o projeto original da MP após a rejeição do projeto de lei de conversão dela originado. Josaphat explicou que o projeto de conversão é uma nova forma que a MP toma, assim determinado pela Constituição. Para ele, se é repudiado o ato de conversão, dá-se o sepultamento da MP.

– O presidente do Senado proferiu uma decisão que deve ser assinalada nos seus devidos termos como geradora de um precedente a ser acatado por quantos venham a substituí-lo – disse o senador, acrescentando que a decisão deve gerar jurisprudência no Congresso.

Em resposta, o presidente do Senado afirmou que cometeria grave erro se colocasse em votação o projeto original da MP. Explicou que não poderia sequer haver verificação de votos, porque isto só poderia ser feito novamente daí a uma hora “e a votação simbólica iria derrubar a vontade já manifestada pela Câmara”.

“Conseqüentemente, eu não teria outra solução fora da qual dei. Solução que encontrei sem constrangimento, porque dei no cumprimento do meu dever”, afirmou.

Rocha pede aprovação de crédito para o Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez ontem um apelo ao Senado para uma aprovação rápida da operação de crédito, no valor de R\$ 26 milhões, para o estado do Amapá, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A operação tem parecer favorável do Banco Central e está ligada à liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá (Banap).

“Trata-se de uma quantia ínfima, mas de fundamental importância para os funcionários e correntistas do Banap, bem como de pequenos produtores e comerciantes que, com a liquidação do banco, ficaram sem agência de fomen-



Sebastião Rocha: “Quantia ínfima e fundamental”

to”, afirmou Rocha. Ele também lançou dúvidas quanto ao acerto da liquidação do Banap. “Foi uma operação nebulosa que precisaria ser esclarecida. Não é possível que todo um estado seja penalizado pela má administração de seus governantes”, comentou o senador pedetista.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1998

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995. Senador Osmar Dias e outros. Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo prescricional das ações trabalhistas).

Resultado: Em cerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 8.12.98, terça-feira, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

2

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1995, Júlio Campos. Nº 4.753/98, na Câmara dos Deputados. Denomina o Aeroporto Internacional do Galeão como Aeroporto Internacional Tom Jobim. Dependendo de parecer da CE. Proferido o Parecer nº 639/98, Relator: Senador Artur da Távola, pela CE, favorável em parte, nos termos do destaque que oferece.

Resultado: Aprovado, nos termos do parecer. À sanção.

3

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161/91, na Casa de origem). Dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e eliminação de autos processuais findos. Pareceres: nº 443/96-CDI, Relator: Senador Ney Suassuna, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar; e nº 614/98-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos da subemenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o substitutivo e a Emenda nº 1-Plen, nos termos da subemenda. Volta à Câmara dos Deputados.

4

Ofício nº S/1, de 1995 (nº 24/95, na origem) Banco Central do Brasil. Encaminha ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo, para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de dezessete milhões e novecentos e treze mil reais, equivalentes a vinte milhões de dólares norte-americanos, em 30 de setembro de 1994, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental.

Resultado: Prejudicado. Ao Arquivo.

5

Ofício nº S/71, de 1995 (nº 3.390/95, na origem) Banco Central do Brasil. Encaminha solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito externo a ser realizada junto ao Banco Europeu de Investimento - BEI no valor de quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a quarenta e um milhões, novecentos e setenta e seis mil reais, em 30 de setembro de 1995, cujos recursos seriam destinados ao financiamento de parte da contrapartida estadual no Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Estado do Espírito Santo - PRODESPOL.

Resultado: Prejudicado. Ao Arquivo.

6

Diversos nº 34, de 1995 (nº 127/95, na origem) Governo do Estado do Rio de Janeiro. Solicita pronunciamento desta Casa, através da Comissão de Assuntos Econômicos, no que tange à competência privativa do Senado Federal.

Resultado: Prejudicado. Ao Arquivo.

7

Diversos nº 90, de 1996 Governadores de Estado. Propõem a alteração do parágrafo único do art. 14 e do art. 15 da Medida Provisória nº 1.490-14/96, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

Resultado: Prejudicado. Ao Arquivo.

8

Diversos nº 91, de 1996 Governadores de Estado. Apresentando anteprojeto de lei que dispõe sobre refinanciamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

Resultado: Prejudicado. Ao Arquivo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Unibiótica.
7h30 - Especial Unip - Assunto: Crianças Especiais
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Body Pump
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Em destaque, o Espírito Santo
9h30 - Entrevista - O senador Leomar Quintanilha fala sobre a criação de um Tribunal Mundial para ditadores
9h55 - Senado em Pauta
10h - Sessão plenária (ao vivo)
12h30 - Entrevista - Senador Leomar Quintanilha
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - a Reserva Biológica
13h30 - Consulta Marcada (reapresentação) - O programa fala sobre obesidade infantil
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
18h30 - Cores do Brasil - as belezas do Rio de Janeiro
19h - Palestra - Stress, reflexos e abordagens
20h - Cores do Brasil - a Linha Verde da Bahia

20h30 - Entrevista - Senador Leomar Quintanilha
21h - Jornal do Senado
21h15 - Consulta Marcada (reapresentação) - O programa fala sobre obesidade infantil
21h55 - Senado em Pauta
22h - Especial - Entrevista com o médico Antônio Graziosi sobre cirurgia plástica
22h30 - Especial/UNIP - Assunto: Síndrome do Pânico
22h55 - Senado em Pauta
23h - Consulta Marcada (reapresentação) - O programa fala sobre obesidade infantil
24h - Cores do Brasil - a Bahia

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
10h - Sessão plenária do Senado (ao vivo)
19h - "A Voz do Brasil"
20h30 - "Senado em linha direta - Edição Nordeste"
21h00 - "Senado em linha direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
21h30 - "Senado em linha direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação

Senado apreciou 16 matérias nesta semana

Do total de propostas votadas, 10 foram aprovadas e seis enviadas ao arquivo. Destaque é emenda que define recursos para a saúde

O Senado apreciou 16 matérias nesta semana, entre elas projeto dando o nome de Tom Jobim ao Aeroporto Internacional do Galeão, que será encaminhado à sanção presidencial, e emenda constitucional destinando 30% de todos os recursos orçamentários da Seguridade Social ao Sistema Único de Saúde (SUS), votada em primeiro turno. Com as últimas votações, já chega a 399 o número de propostas apreciadas pela Casa desde janeiro de 1998.

O plenário autorizou o envio de tropas e equipamentos para ajudar a cumprir o acordo de paz na fronteira entre Peru e Equador, reconheceu a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos de São José da Costa Rica, e devolveu ao exame da Câmara nova redação do Código de Processo Civil dispondo sobre o arquivamento e eliminação de autos processuais findos.

Os senadores também aprovaram a indicação de Luiz Augusto Horta Nogueira para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, e a renovação da concessão da Santarém Rádio e TV, do Pará.

A semana registrou muita atividade no âmbito das comissões técnicas do Senado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou pareceres favoráveis à emenda que prorroga a CPMF e aumenta a alíquota da contribuição, e ao projeto que visa impedir a interposição de recursos com o objetivo de retardar processos judiciais.

A Comissão de Educação aprovou proibição à venda e propaganda de cigarros em escolas, centros esportivos e estabelecimentos de internamento de menores, além de destinar 10% do total da renda do produto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Esportivo, e também decidiu renovar concessões e permissões de seis

Matérias apreciadas na semana

(de 30 de novembro a 4 de dezembro)

Projeto aprovado e enviado à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	6
Projeto aprovado e enviado à Câmara	1
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Escolha de autoridade	1
Total de matérias aprovadas	10
Propostas enviadas ao arquivo	6
Total de matérias apreciadas	16

Matérias apreciadas neste ano

(de 6 de janeiro a 4 de dezembro)

Projetos aprovados e enviados à sanção	55
Projetos aprovados e enviados à promulgação	183
Projetos aprovados e enviados à Câmara	36
Escolha de chefes de missões diplomáticas	25
Escolha de autoridades	19
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	4
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Total de matérias aprovadas	325
Propostas enviadas ao Arquivo	74
Total de matérias apreciadas	399

emissoras de rádio.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos resolveu convidar representantes dos empresários para discutir a proposta de ajuste fiscal do governo, e autorizou o

refinanciamento da dívida de Alagoas e empréstimos para a liquidação do sistema financeiro estadual do Rio Grande do Norte e para o saneamento e capitalização do Banco do Estado de Santa Catarina.

Maldaner quer contribuição temporária para servidor

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) propôs ontem a criação de uma contribuição ou empréstimo temporário que incidiria sobre os servidores inativos e pensionistas que recebam mais de R\$ 1.200,00, com direito a restituição dos valores corrigidos, como forma de equacionar o déficit da Previdência Social. Para o senador, a derrota sofrida pelo governo na quarta-feira no Congresso Nacional é uma derrota de todos os brasileiros na tese de que o equilíbrio econômico precisa ser respeitado.

O senador disse que a responsabilidade de encontrar um caminho é dos parlamentares. "A responsabilidade é nossa. O momento é de buscarmos o

equilíbrio, porque depois será tarde", afirmou.

Maldaner sugeriu também que se retardem as obras que estão sendo realizadas em todo país no âmbito do Poder Judiciário e se estudem cortes em outros setores.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) atribuiu a decisão do Congresso à

consciência dos representantes da sociedade de que "um limite" já foi atingido e até ultrapassado.

Maldaner disse que não sabe se a decisão de quarta-feira foi acertada ou não. "O que eu sei é que do jeito que está não dá para ficar." O senador lembrou que o déficit previsto para a Previdência é de R\$ 20 bilhões e que uma solução precisa ser encontrada.



Casildo Maldaner

Para Rocha, governo deve buscar saídas

"Na adversidade devem-se procurar novos caminhos", advertiu o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), referindo-se à derrota do governo na votação da proposta que criava contribuição previdenciária para os servidores inativos e aumentava a dos funcionários da ativa. Para ele, o governo não deveria reapresentar a medida em janeiro, como está ameaçando, mas procurar novos caminhos para chegar ao ajuste fiscal.

Para Rocha, a irritação do presidente Fernando Henrique Cardoso com os parlamentares não se justificava, muito menos suas ameaças de cortar suas emendas ao Orçamento. "A equipe econômica é muito competente e pode muito bem encontrar propostas alternativas", afirmou.

Reforma política deve tramitar já em janeiro

Relator da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, Sérgio Machado, entrega relatório ao presidente do Senado e acredita que assunto, por ser fundamental, poderá ser discutido na convocação extraordinária

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou o esforço desenvolvido pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária ao receber ontem das mãos do presidente, senador Francelino Pereira (PFL-MG), e do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o relatório final dos trabalhos, que defende a criação do voto distrital misto, a fidelidade partidária, o financiamento público das campanhas eleitorais e a instituição de cláusulas de desempenho partidário (veja infográfico nesta página).

Depois da conversa com Antonio Carlos, Machado disse que, como a reforma política é considerada matéria fundamental, deverá iniciar tramitação já durante a convocação extraordinária do Congresso. Pela proposta da comissão, a representação de cada estado e do Distrito Federal será composta por 50% de candidatos eleitos em distritos, e 50% com nomes constantes das listas partidárias. Com relação à fidelidade partidária, perde o mandato o parlamentar que deixar o partido pelo qual foi eleito ou descumprir decisões programáticas em

nadas de convenção nacional.

A comissão manteve a liberdade de criação de partidos assegurada na Constituição, mas instituiu a chamada "cláusula de desempenho", que impõe condições para a conquista de benefícios institucionais pelas agremiações. Assim, somente teriam direito aos recursos do fundo partidário aqueles que obtivessem pelo menos 5% dos votos em cada eleição para a Câmara dos Deputados.

Outra inovação do relatório é o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais. A idéia é fixar a dotação orçamentária para o financiamento das campanhas em R\$ 7 por eleitor. Os recursos seriam distribuídos aos diretórios nacionais dos partidos políticos na proporção de suas bancadas. Sérgio Machado defendeu a medida como forma de garantir a transparência no processo eleitoral:

— As eleições no Brasil estão frequentemente cobertas de suspeitas. É importante garantir a transparência do processo e possibilitar igualdade de condições entre os candidatos — argumentou.



ACM recebe o relatório das mãos do senador Sérgio Machado: objetivo de aperfeiçoar o sistema político brasileiro

CAS debate futuro de museu do Pará

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antecipou de terça-feira para segunda, às 17h, a audiência pública destinada a debater os problemas que estão afetando o funcionamento do Museu Emílio Goeldi, do Pará. A mudança foi anunciada pelo presidente da comissão, senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Além da direção do museu, também participarão dos debates representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em recente pronunciamento no plenário, Ademir Andrade traçou um quadro desolador da situação atual do Museu Emílio Goeldi.

O senador pelo Pará testemunhou

que até o aquário público do museu, o mais antigo do país (funciona desde 1912), está sendo desativado. Disse também que duas turmas de 20 alunos cada uma, do Clube do Pesquisador Mirim, também deixaram de funcionar. "As visitas monitoradas também foram extintas, prejudicando, somente em outubro, 800 alunos", completou.

Ademir Andrade protestou contra a paralisação dos projetos de educação ambiental Cidade Limpa, Cidade Linda, Museu Itinerante e Ciência e Comunidade. Ele denunciou que falta dinheiro até para o pagamento de água, energia e telefone e para a alimentação dos animais do Parque Zoológico.

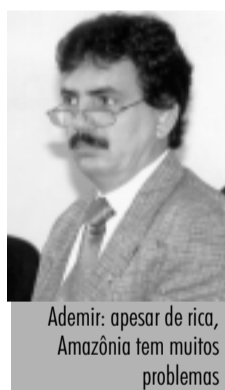
FORTALECER OS PARTIDOS

Proposta de reforma política quer valorizar as agremiações políticas para amadurecer a democracia brasileira



Amazônia também divulga relatório

Ao apresentar o relatório preliminar da Comissão Temporária da Amazônia, incumbida de definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da região (ver quadro abaixo), o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o aspecto mais importante do trabalho da comissão foi criar a possibilidade de conscientização do povo para que ele lute pelos seus direitos.



Ademir: apesar de rica, Amazônia tem muitos problemas

Durante a reunião de ontem, ficou acertado que, na próxima quinta-feira, os integrantes da comissão se reunirão novamente para apresentar sugestões ao relatório elaborado por Ademir Andrade. Na sema-

na seguinte, em data ainda a ser marcada, deverá ser realizada uma reunião para votação do relatório final da comissão:

— Não é fácil discutir uma questão de tamanha amplitude, nem definir o que é prioridade e estabelecer o que deve ser feito na Amazônia. Este relatório é uma contribuição ao processo de desenvolvimento da região, que, apesar de ser muito rica, enfrenta problemas imensos — comentou Ademir Andrade.

A intenção do senador pelo Pará é que o relatório final seja entregue a prefeitos, vereadores, associações, sindicatos e co-

munidades da região, para que, tomando conhecimento da realidade da Amazônia, possam interferir no processo de desenvolvimento da região.

Já o presidente da Comissão Temporária da Amazônia, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), sugeriu que o relatório seja encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso como subsídio à implantação de uma política de desenvolvimento para a região.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) sugeriu que o documento não fique restrito às autoridades da Amazônia. Ela defendeu que o relatório chegue às mãos de políticos e empresários de todo o país. "O Brasil tem obrigação de conhecer esta realidade e de contribuir para o desenvolvimento da região", afirmou.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- 1 Estabelecer uma política regionalizada de saúde que considere as condições próprias da Amazônia.
- 2 Implantar e ampliar programas como o de Agentes Comunitários de Saúde e o de Saúde da Família.
- 3 Investir maciçamente em saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e remoção de dejetos).
- 4 Ampliar a fiscalização visando coibir ações ilegais de extrativismo predatório, contrabando e tráfico de drogas.
- 5 Criar uma Comissão Permanente da Amazônia, de acordo com proposta da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).
- 6 Acelerar o processo de reforma agrária na região, solucionando conflitos de terra, e apoiar a pequena agricultura.
- 7 Pressionar o governo federal para a conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia.
- 8 Viabilizar alternativas rentáveis e adaptáveis à região no setor da agroindústria e da indústria madeireira.

CRE avalia na terça protocolo para Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), reúne-se na próxima terça-feira para apreciar o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul. O relator da matéria, Artur da Távola (PSDB-RJ), encaminhou parecer favorável. O acordo foi concluído em reunião realizada em Fortaleza, em 1996.